

PODE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE SER GERADA PELA AGENDA DA IMPRENSA LOCAL?

Práticas deliberativas na imprensa
regional portuguesa

Copyright © 2013
SBPjor / Associação
Brasileira de
Pesquisadores em
Jornalismo

GIL BAPTISTA FERREIRA
Escola Superior de Educação de Coimbra

RESUMO - Que percepção têm os jornalistas sobre o papel dos cidadãos na vida democrática? Qual é o papel que os jornalistas atribuem ao público na construção da agenda informativa? O principal objetivo deste estudo é investigar a relação entre a imprensa local, os cidadãos e as práticas cívicas. Toma como ponto de partida uma abordagem teórica dupla - a teoria da democracia deliberativa e o movimento do jornalismo público - para avaliar o alcance de uma conceção de "jornalismo deliberativo." No âmbito do projecto "Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação política nos media portugueses", um conjunto de questionários foi aplicado a 45 jornalistas dos principais jornais regionais em Portugal. Com o enfoque na importância da agenda do cidadão para o processo de decisão dos jornalistas, os resultados mostram que, embora os jornalistas apreciem os princípios subjacentes aos movimentos do jornalismo público e da democracia deliberativa (o que sugere que uma consciência deliberativa estará a emergir), também expressam a persistência de uma abordagem própria do jornalismo convencional.

Palavras-chave: Imprensa Local. Democracia Deliberativa. Jornalismo Público. Práticas de Jornalismo. Agenda-Setting.

¿PUEDE SER GENERADA LA PARTICIPACIÓN DE LA COMUNIDAD POR LA AGENDA DE LA PRENSA LOCAL?

Práticas deliberativas en la prensa regional portuguesa

RESUMEN - ¿Qué percepción tienen los periodistas sobre el papel de los ciudadanos en la vida democrática? ¿Cuál es el papel que los periodistas atribuyen al público en la construcción de la agenda informativa? El objetivo principal de este estudio es investigar la relación entre la prensa local, los ciudadanos y las prácticas ciudadanas. Toma como punto de partida un enfoque teórico doble —la teoría de la democracia deliberativa y el movimiento de periodismo público— para evaluar el alcance de una concepción de "periodismo deliberativo". Dentro del proyecto "Agenda de los Ciudadanos: periodismo y participación política en los medios de comunicación portugueses", se administraron un conjunto de cuestionarios a 45 periodistas de los principales diarios regionales en Portugal. Centrados en la importancia de la agenda de los ciudadanos en el proceso de decisión de los periodistas, los resultados muestran que, aunque los periodistas aprecian los principios que inspiran el movimiento de periodismo público y la democracia deliberativa (lo cual sugiere que la conciencia deliberativa está surgiendo) también expresan la persistencia de un enfoque típico del periodismo convencional.

Palabras clave: Prensa local. Democracia deliberativa. Periodismo público. Prácticas de periodismo. Agenda-setting.

DOES COMMUNITY PARTICIPATION SET THE LOCAL PRESS AGENDA? A view on deliberative and civic practices in the Portuguese press

ABSTRACT - What are journalists' perceptions of the citizen's role in democratic life? What is the role that journalists attribute to the public in the construction of the news agenda? The main goal of this study is to investigate the relationship between the local press, citizens and civic practices. It takes as starting point a dual theoretical approach, the theory of deliberative democracy and the public journalism movement, to assess the scope of the concept of "deliberative journalism." Under the aegis of the project "Citizens' Agenda: journalism and political participation in the Portuguese media", questionnaires were delivered to 45 journalists from the main regional newspapers in Portugal. Focusing on the importance of the citizen's agenda for the journalists' decision making process, the results show that although the journalists appreciate the principles underlying the public and deliberative journalism movements (which suggests that a deliberative consciousness is emerging), they also express the permanency of a conventional journalism approach.

Keywords: Local press. Deliberative democracy. Public journalism. Journalism practices. Agenda setting.

INTRODUÇÃO

A relação entre democracia e comunicação de massa é, desde há algumas décadas, tema de um grande número de discussões que, tanto no meio acadêmico como nas práticas profissionais, questiona os fenômenos que envolvem os meios de comunicação (BARBER, 1984; BARNETT, 1997; PAPACHARISSI, 2002). Entre os vários perfis assumidos pelos media, sobre a promoção de instituições democráticas, o *jornalismo*, com todas as características e funções que lhe são atribuídas (como um catalisador para a divulgação de informações), ocupa um espaço importante – na medida em que oferece um repertório de informações que permite a interpretação dos fatos, a avaliação de argumentos e, por último, a promoção de ações racionalmente motivadas (DZUR, 2002).

No contexto dos muitos debates realizados nas últimas décadas, têm-se destacado duas propostas muito específicas em dois campos interligados, desenhadas a partir de um conjunto muito preciso e limitado de questões. Por um lado, a partir do debate sobre a democracia, a investigação em torno do tipo de participação democrática dos cidadãos que poderíamos esperar numa democracia moderna. Por outro lado, igual reflexão sobre a essência do jornalismo – que função deve cumprir, qual a natureza cívica da sua prática (SCHUDSON, 2008). Embora essas propostas emergentes possam alguma heterogeneidade dentro de cada um dos seus campos (jornalismo e democracia), podemos, de forma sintética, situar esse debate no campo de dois modelos que, em grande parte, vêm guiando tanto as discussões acadêmicas como os

desenvolvimentos práticos que lhes estão associados. Nesse sentido, refiro-me concretamente aos campos do jornalismo público e da democracia deliberativa.

A apresentação e a discussão de ambos os modelos encontram-se hoje amplamente desenvolvidas e, apesar de estarmos perante modelos normativos, em busca de refinamento conceitual, também é verdade que têm servido como inspiração tanto para as tendências do jornalismo contemporâneo como para a atual discursividade de âmbito político – como se encontra suficientemente documentado (BARNETT, 1997; BLUMLER e GUREVITCH, 1995). Desse modo, os objetivos deste trabalho são muito mais específicos e concentram-se em um ponto muito especial: com referência aos ideais normativos associados à democracia deliberativa, que podemos esperar de jornalistas na sua relação com os cidadãos? Ou, por outras palavras: estarão os jornalistas disponíveis para uma prática comprometida com ideais deliberativos aplicados ao exercício do seu trabalho?

Especificamente, o objetivo deste estudo é investigar a relação entre a imprensa local, cidadãos e práticas cívicas. Como disse antes, toma como ponto de partida uma abordagem teórica dupla, a teoria da democracia deliberativa e do movimento do jornalismo público para avaliar o alcance de uma conceção de «jornalismo deliberativo». Para isso, começa por distinguir, de forma breve, modelos de «jornalismo canônico» de uma hipótese que designaremos por «jornalismo deliberativo». Nessa medida, a partir de um conjunto de questionários aplicados a uma amostra de 45 jornalistas de oito jornais regionais portugueses, procura-se identificar qual o modelo de jornalismo que define, em termos discursivos, a ideia que os jornalistas possuem da sua própria profissão.

Para os fins deste estudo, é crucial compreender a natureza da relação entre jornalistas e cidadãos. Utilizando dados obtidos nos questionários anteriores, irei proceder a uma avaliação da importância dos cidadãos enquanto fontes jornalísticas, a partir de uma perspectiva procedimental, mas igualmente de uma perspectiva discursiva. É a partir daqui que podemos entender a importância que os jornalistas atribuem aos princípios subjacentes ao movimento do jornalismo público e deliberativo (e, por acréscimo, a existência ou a possibilidade de surgimento de uma consciência deliberativa) e, por sua vez, colocar esses princípios em confronto com a postura que os jornalistas normalmente adotam.

1 A LIGAÇÃO ENTRE JORNALISMO E DEMOCRACIA

A maneira tradicional de considerar a relação entre o jornalismo e a democracia acredita que os jornalistas devem denunciar; o cidadão, ler; e alguma forma de opinião pública deve surgir de modo a facilitar a articulação da vontade popular com a ação política. Dito de outro modo: em teoria, a informação correta irá garantir a mobilização e a capacitação dos cidadãos para participarem em alguma forma de governo “informado”.

No entanto, com a aproximação do final do século XX, outro ponto de vista foi ganhando forma, sendo expresso por muitos estudiosos e críticos dos media e do jornalismo (James Fallows ou James W. Carey, entre diversos outros). Nessa leitura, os meios informativos não favorecem sempre um sistema democrático funcional, como poderão ser mesmo a causa do seu declínio. Assim, mais que facilitar o relacionamento com o público, os media muitas vezes tornam essa tarefa mais difícil (FALLOWS, 1996).

Toda uma vasta literatura produzida nos últimos anos aponta que 1) os cidadãos estão insatisfeitos com os processos políticos; 2) é fraco ou pobre o desempenho dos meios de comunicação; 3) e que os modelos tradicionais de comunicação possuem uma relação controversa com as questões políticas e disfuncional em termos de envolvimento cívico (GANS, 2003; FALLOWS, 1996). No entanto, pode-se afirmar com confiança que o jornalismo político de hoje está mais disponível para o cidadão comum que em qualquer outro momento na história.

Nesse sentido, os canais de notícias proliferam, com coberturas de 24 horas, enquanto a internet permite a atualização dos fatos de forma permanente – o que mostra, sem dúvida, um grande interesse e uma maior exigência por parte dos cidadãos (MCNAIR, 2009). Assim, se uma crítica aprofundada dos problemas enfrentados pelo sistema de comunicação política está além das pretensões deste artigo, importa notar, no entanto, que muitos atores políticos, acadêmicos e profissionais dos media têm vindo a identificar essas ambivalências, ao mesmo tempo que propõem um conjunto de ideias para a sua melhoria ou correção.

Uma das propostas importantes que surgiram nas últimas décadas tem sido a ideia de jornalismo público (ou cívico) que, em essência, incentiva uma imprensa mais comprometida com os cidadãos, para facilitar o seu envolvimento em questões que lhes dizem respeito. No espírito de seus proponentes, é a recuperação das ideias inspiradoras do educador e crítico da imprensa John Dewey, que, na década de 1920,

afirmava a necessidade de os jornais irem além do puro relato de eventos para se tornarem uma ferramenta para a educação, para o debate e para a discussão estruturada sobre temas de interesse público.

A relação entre os conceitos de democracia e jornalismo tem sido objeto de debate intenso e apaixonado. Especialmente as últimas décadas do século passado testemunharam tentativas mais concretas para definir os laços de estreitamento e de separação entre os dois campos, em um debate cujas conclusões foram identificadas em outro contexto (FERREIRA, 2011). No essencial, os jornalistas aceitam tanto a ideia da relação entre democracia e jornalismo como sua responsabilidade para melhorar a vida pública na sua dimensão cívica. Contudo, é a partir da definição do papel do jornalismo que novas dificuldades começam a surgir – quando se procura definir como operacionalizar o conjunto de princípios subjacentes ao jornalismo público.

Como ponto de partida, podemos nos situar perante algumas linhas de ação: se o jornalismo público cumpre os seus desígnios, então deve aumentar os níveis de deliberação pública em termos que sejam identificáveis. Para esse fim, não se deve só fornecer informações, mas também ajudar os cidadãos a, autonomamente, decidirem quando e como devem agir para resolver os problemas das suas comunidades. Além disso, a existência de uma dimensão cívica é um contributo para o fortalecimento de alguns dos laços que unem qualquer comunidade (FRIEDLAND, 2000).

Em suma, considero três dimensões que estruturam o jornalismo público, de um ponto de vista programático, e que vão enquadrar o meu caminho neste estudo: 1. deliberação pública; 2. a resolução dos problemas da comunidade; e 3. construção e/ou fortalecimento de laços comunitários.

É nesse quadro que o movimento jornalismo público tem vindo a apostar no tema da participação dos leitores e no seu potencial para transformar meros consumidores de notícias em produtores de textos, os quais, segundo alguns teóricos, podem ser elegíveis como jornalismo (HEINONEN, 1999). O argumento subjacente é que, se as novas tecnologias e práticas de comunicação aumentarem a vontade e a capacidade da participação dos cidadãos, a distância entre as elites e os cidadãos tende a tornar-se mais curta, e da mesma forma também jornalistas e leitores estarão mais próximos. Idealmente, o sentido público de discussões jornalísticas sobre a própria agenda seria reforçado. A notícia, de um modelo demasiado elitista e focado em conflitos, passaria a ser moldada em uma arena aberta ao diálogo entre cidadãos, políticos e especialistas,

e cumpriria assim um papel importante na ativação e no fortalecimento da democracia.

Essa linha de pensamento concebe a tarefa de jornalistas como sendo não só para informar os cidadãos, mas também para melhorar a discussão pública e dar sentido à sua participação (ROSEN, 1991). É a partir dessa matriz que alguns investigadores têm procurado desenvolver propostas teóricas e aplicações práticas que enfatizem a participação dos leitores de jornais (LAWRENCE, 1993).

Na essência, é considerada a necessidade de incentivar os jornalistas a auscultarem um público desafiado para interagir com os jornalistas e entre si, na qualidade de cidadãos preocupados com a vida pública. Ao mesmo tempo, pressupõe a existência de uma correlação entre os níveis de democracia e participação dos cidadãos no processo de construção noticiosa (desde logo, como fontes). Desse modo, a análise e a identificação de modelos que aumentem o envolvimento dos cidadãos surge como uma preocupação com significado no âmbito do estudo e da prática do jornalismo.

Embora esses objetivos encontrem-se provavelmente marcados por uma forte carga de idealismo, há vários argumentos para a sua necessidade. Na verdade, a crítica do jornalismo, expressa tanto na literatura especializada como na diminuição do número de leitores, mostra que os jornais tendem a considerar os cidadãos como espectadores do trabalho publicado, ignorando, dessa forma, o potencial do jornalismo para o diálogo e para a participação dos indivíduos. Nessa medida, quando os promotores da ideia de jornalismo público afirmam a importância de aumentar a influência de leitores no trabalho jornalístico, tinham em mente dois aspetos articulados: a necessidade de os jornais defenderem seu próprio mercado, em termos de modelo de negócio, e a importante revitalização da comunicação pública. O ganho seria duplo, uma vez que aumentar as oportunidades de negócio corresponde a aumentar a imagem de confiança e a criar um sentido de lealdade com os seus públicos (LASICA, 1998).

2 “JORNALISMO CANÔNICO” E “JORNALISMO DELIBERATIVO”: BREVE SÍNTESE DE DUAS TENDÊNCIAS

Como foi dito na seção anterior, nas últimas décadas o campo dos media passou por uma série de transformações que alteraram profundamente o âmbito do jornalismo, o seu desenho, e, correspondentemente, a natureza das suas práticas profissionais. De uma forma breve, e, portanto, necessariamente redutora, é possível

distinguir duas tendências em jornalismo – aceitando, é claro, o conjunto de modelos que podem ser associados a cada uma dessas concepções.

O que aqui é chamado de “jornalismo canônico” é uma forma de jornalismo concebida como prática profissional voltada para a produção e difusão de informação, orientada por dois princípios que se destacam: os ideais de *veracidade* e de *neutralidade*. Ora são esses os postulados que têm guiado há séculos a ação de gerações de atores sociais, que fizeram sua a profissão de jornalismo.

No entanto, outra forma de conceber o jornalismo é vê-lo como um «fato social», não no sentido durkheimiano ortodoxo, mas como um conjunto de normas e valores em constante dialética com a sociedade em que operam. Nessa medida, se no mundo contemporâneo, como sabemos, o ritmo de mudança social tem aumentado substancialmente, também a prática do jornalismo sofreu a influência de mudanças a um nível sistêmico, ao mesmo tempo que continua a contribuir significativamente para a construção da realidade social. Na década de 1990, Merrit (1998) escrevia precisamente que contar a notícia não é suficiente, sendo também importante contribuir para a melhoria do debate político, pondo assim em xeque a perspectiva corrente do jornalista tradicional «neutro», não intervencionista.

Há hoje que considerar todo um ambiente marcado por uma crença moderna na capacidade emancipatória dos indivíduos, por uma reflexividade crescente dos atores sociais, pelo aumento da diversidade de fontes e canais de informação e por todos os fatores que resultam em um aumento da participação dos atores sociais. Especificamente, deve-se levar em conta a ideia de *participação* na construção da notícia. Nesse sentido, uma das propostas mais originais desse conjunto de mudanças veio sob a forma do que poderia ser chamado de “*jornalismo deliberativo*”, que, no essencial, representa um tipo de prática jornalística comprometida com as teorias deliberativas (ROMANO, 2010).

Essa proposta de modelo de jornalismo surge na sequência dos movimentos de renovação do jornalismo, e partilha com eles a ligação à ideia de cidadania e de participação cívica, seguindo o modelo do jornalismo cívico. Em essência, significa a salvaguarda, na atividade jornalística, de um conjunto de condições de deliberação racional, por meio do aprofundamento de práticas que permitam uma identificação entre a agenda dos media e as questões que dizem respeito aos cidadãos (CORREIA, 2010). Significa ainda ampliar o alcance e a pluralidade de participantes em debates na esfera pública. Desse modo, supõe romper com rotinas limitadas e com fontes privilegiadas. E, finalmente, supõe

abertura da imprensa à sociedade civil na definição de agenda da media (EKSTEROWICK e ROBERTS, 2000).

3 PARA QUE SERVE O JORNALISMO?

Uma vez que os jornalistas são agentes privilegiados nos processos de estruturação do espaço público, o estudo dos valores, crenças e comportamentos desses profissionais é especialmente relevante no âmbito deste trabalho. Assim, para os objetivos deste estudo, importa-nos avaliar que concepção de jornalismo possuem os jornalistas da imprensa regional, e em que medida essa concepção favorece práticas jornalísticas que reforcem o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública.

Nesse sentido, confrontamos os jornalistas com a valorização de um conjunto de sete funções – aquelas que poderiam ser consideradas “as principais funções do jornalismo regional”. Tendo em conta os objetivos deste trabalho, associamos cada uma das funções a uma das duas tendências presentes dentro do universo das práticas jornalísticas que descrevemos acima. A tendência do “jornalismo canônico ou convencional”, como referimos, é orientada pelos ideais da factualidade e da neutralidade. Por sua vez, a tendência associada ao movimento designado de “jornalismo deliberativo”, “mais preocupado com a identificação dos modos de pensar dos cidadãos em torno dos assuntos que os preocupam”, implica uma abertura à iniciativa externa de agendamento por parte dos movimentos sociais e de grupos de cidadãos (CORREIA, 2010, p. 96). Consideramos, então, que a distinção entre essas duas tendências, por parte dos jornalistas submetidos ao inquérito, poderá ajudar a traçar o perfil dos jornalistas quanto às funções que atribuem ao jornalismo regional.

Assim, o primeiro conjunto de opções de resposta representa o chamado “jornalismo convencional ou canônico”, e agrupa:

- Defender os interesses da região;
- Informar o público e esclarecer os cidadãos;
- Garantir o pluralismo social e político.

Por sua vez, o segundo grupo, associado ao “jornalismo deliberativo”, considera as seguintes hipóteses de resposta:

- Permitir a participação alargada na tomada de decisões;
- Contribuir para resolver problemas;
- Fomentar o debate no seio da região;
- Fomentar o debate público ou ideológico.

Procurando uma interpretação aprofundada dessa questão, decidimos, por razões operativas, considerar “relevantes” os itens classificados entre os níveis 1 e 4, e “irrelevantes” os que se localizam entre 5 e 8.

Tabela 1 As principais funções do jornalismo regional									
Níveis de importância	Defender os interesses da região			Informar o público e esclarecer os cidadãos			Garantir o pluralismo político e social		
	* N °	%	% A	N °	%	% A	N °	%	% A
1	5	14,7	14,7	24	70,6	70,6	3	8,8	8,8
2	6	17,6	32,4	3	8,8	79,4	6	17,6	26,5
3	6	17,6	50,0	1	2,9	82,4	3	8,8	35,3
4	3	8,8	58,8	1	2,9	85,3	6	17,6	52,9
5	1	2,9	61,8	1	2,9	88,2	5	14,7	67,6
6	1	2,9	64,7	1	2,9	91,2	5	11,8	82,4
7	2	5,9	70,6	1	2,9	94,1	4	11,8	94,1
8	10	29,4	100	2	5,9	100	2	5,9	100

* N ° - Número de peças; % - Percentagem; % A - Percentagem acumulada n = 34 (número de jornalistas regionais questionados)

Consideramos que o “jornalismo deliberativo”, enquanto prática profissional, implica um conjunto de valores e de normas, que se manifestam numa prática, na qual o diálogo entre diferentes atores sociais e os próprios jornalistas se constituem como um valor fundamental. Nessa medida, as hipóteses de resposta que aqui se apresentam são potencialmente reveladoras da existência (ou não) de uma predisposição para o estabelecimento dessa postura jornalística.

Ora, face aos resultados verificados, podemos constatar a existência de fracos valores nos níveis de relevância dos quatro aspectos associados ao “jornalismo deliberativo”. Ademais, dos quatro aspectos em apreço, apenas um (“contribuir para resolver problemas”) apresenta um valor modal na categoria do “relevante”, mais precisamente no nível 3, com 23,5%. Verificamos ainda que as restantes hipóteses de resposta à pergunta sobre as principais funções do jornalismo regional, e que poderiam ser reveladoras de valores e predisposições associadas ao desenvolvimento de um possível jornalismo deliberativo, apresentam-se significativamente abaixo do que seria expectável.

Com efeito, é possível constatar a existência de diferenças estatisticamente relevantes entre as duas tendências de jornalismo em análise. A tendência que agrupa as hipóteses do “jornalismo convencional” atinge a média de 65,7%; por seu lado, a tendência do “jornalismo deliberativo” não ultrapassa a marca dos 42,7%.

Tabela 2 As principais funções do jornalismo regional

Níveis de importância	Permitir a participação alargada na tomada de decisões		Contribuir para a resolução de problemas		Estimular o debate dentro da região		Promover o debate público ou ideológico	
	* N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
1	1	2,9	3	8,8	1	2,9	1	2,9
2	6	17,6	6	17,6	4	11,8	0	0
3	4	11,8	8	23,5	5	14,7	3	8,8
4	3	8,8	4	11,8	5	14,7	4	11,8
5	2	5,9	5	14,7	5	14,7	5	14,7
6	7	20,6	4	11,8	5	14,7	5	14,7
7	8	23,5	1	2,9	9	26,5	4	11,8
8	3	8,8	3	8,8	0	0	12	35,3
* N ^o - Número de peças; % - Percentagem; % A - percentagem acumulada e n = 34 (número de jornalistas regionais questionados)								

4 OS CIDADÃOS IMPORTAM?

Na linha das correntes teóricas subjacentes a este estudo, nomeadamente as teorias deliberativas e o jornalismo público, importa-nos recolher indicadores acerca da postura cívica dos jornalistas, ou seja, se eles estão dispostos a assumir um papel que tem como missão principal ressuscitar a vida pública, por meio do reforço da cidadania e da melhoria do debate público. Nessa medida, como referimos acima, para reanimar o debate público não basta a informação, torna-se ainda necessário interpelar o cidadão para que ele participe, e acolher a sua participação como válida. Foi a partir dessa premissa que procuramos conhecer o modo como os cidadãos funcionam enquanto fonte de informação.

Assim, o estudo mostrou que:

- 91% dos jornalistas inquiridos afirmam que recebem contatos de cidadãos comuns, com informações sobre os acontecimentos.
- 76% indicam que recebem contatos frequentes (duas ou mais vezes por semana), com o intuito de fornecer informação sobre acontecimentos.

Se é um fato que essas respostas parecem indicar que os cidadãos têm um papel muito importante no processo de recolha da informação, importa, contudo, avaliar a valorização das informações veiculadas por parte dos cidadãos, isto é, em que medida as vozes dos cidadãos são, ou não, consideradas na elaboração das peças jornalísticas. Noutros termos: até que ponto os jornalistas consideram as informações que recebem dos cidadãos? Para tentarmos responder a essa questão, questionamos os jornalistas sobre a sua opinião quanto ao uso de cidadãos enquanto fontes citadas nas peças jornalísticas.

Consideramos quatro possíveis cenários em função do uso das vozes dos cidadãos. Por um lado, duas hipóteses que estão subjacentes às tendências de deliberação no jornalismo. Referimo-nos às opções que consideram que usar cidadãos como fonte citada em notícias *dá voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente e acrescenta pontos de vista que podem ser importantes*, uma vez que consideram quer a pluralidade noticiosa, quer o acesso, independentemente dos jogos de poder e de interesse.

Por outro lado, apresentamos duas hipóteses mais ligadas a uma visão do jornalismo tradicional, cujos valores principais são a *objetividade* e a *credibilidade*, e que consideram que usar os cidadãos como fonte

citada em notícias *dá menos garantias de credibilidade e não garante representatividade porque os cidadãos comuns falam apenas em nome pessoal*. Aos jornalistas inquiridos foi solicitado que hierarquizassem cada uma dessas hipóteses de acordo com quatro níveis de importância: (1 e 2 como os mais importantes, 3 e 4 como os menos importantes).

Níveis de importância	Dá voz àqueles que têm pouca oportunidade de se expressar em público		Dá menos garantias de credibilidade		Adiciona pontos de vista, que podem ser importantes		Não garante representação, porque os cidadãos comuns só falam segundo pontos de vista pessoais	
	* N °	%	N °	%	N °	%	N °	%
1	10	29,4	4	11,8	18	52,9	4	11,8
2	16	47,1	3	8,8	10	29,4	7	20,6
3	5	14,7	7	20,6	2	5,9	16	47,1
4	3	8,8	20	58,8	4	11,8	7	20,6

* N ° - Número de peças; % - Percentagem; n = 34 (número de jornalistas regionais questionado)

Observando os dados da tabela, percebemos que os jornalistas consideram que usar cidadãos comuns como fonte citada em notícias é, sobretudo, uma forma de dar voz a quem tem poucas possibilidades de se exprimir publicamente (76,5%), mas também acrescenta pontos de vista que podem ser importantes (81,3%). No mesmo sentido, os inquiridos consideram como menos importante, ou não estão de acordo, que usar cidadãos comuns como fonte citada em notícias dê menos garantias de credibilidade (79,4%), ou não garanta a representatividade porque os cidadãos comuns falam apenas sob ótica pessoal (67,7%). Assim, na sequência das respostas anteriores dos jornalistas, percebemos que eles consideram, pelo menos do ponto de vista discursivo, como muito importantes as informações veiculadas pelos cidadãos.

Tendo em conta que o contato dos cidadãos é frequente, e o uso deles enquanto fonte citada de notícias é encarado como importante para garantir a pluralidade de vozes nas notícias, não surpreende que 97% dos inquiridos tenham respondido que o jornal em que trabalham estimula o comentário dos leitores por meio de vários mecanismos, desde a divulgação do e-mail dos jornalistas a outras ferramentas disponíveis

nas páginas on-line das publicações. Da mesma forma, ainda que em menor número, 74% dos jornalistas afirmam que costuma responder aos comentários dos leitores.

5 QUEM DEFINE A AGENDA DOS JORNAIS?

Sabemos que as fontes procuram a visibilidade e a atenção dos media, ambicionam marcar a agenda pública e impor certos temas como foco da atenção coletiva. Tendo em conta a importância que os cidadãos comuns possuem no âmbito de um modelo de inspiração deliberativa, torna-se relevante perceber, sob o ponto de vista dos jornalistas, quais os elementos e fatores que determinam a agenda dos jornais.

Para investigar essa questão, foram colocadas aos jornalistas três hipóteses, que deviam ser hierarquizadas segundo a sua importância. Desse modo, os inquiridos deviam dizer se a agenda dos jornais em que trabalham é orientada *pela preocupação pelas elites locais, pela preocupação dos cidadãos locais ou pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social.*

Níveis de importância	As elites locais		Os cidadãos locais		Preocupações comerciais das empresas de media	
	* N °	%	N °	%	N °	%
1	6	17,6	12	35,3	13	38,2
2	9	26,5	12	35,3	15	44,1
3	19	55,9	10	29,4	6	17,6

* N ° - Número de peças; % - Percentagem; n = 34 (número de jornalistas regionais questionados)

Como se compreende pela observação da tabela, verifica-se um equilíbrio da distribuição das respostas por diferentes hipóteses, o que, por si só, indicia uma heterogeneidade de perceções e opiniões por parte dos jornalistas inquiridos. Assim, no nível de maior importância (nível 1) existe um equilíbrio entre as respostas que consideram que a agenda é orientada pelas preocupações comerciais das empresas de comunicação social (38,2%) e aquelas que indicam as preocupações dos cidadãos locais (35,3%) como aspecto central a marcar a agenda. Por sua vez, a hipótese que aparece no nível de menor importância (nível 3) é aquela

que aponta que a agenda deve ser orientada pela preocupação com as elites locais. Merece ainda ser assinalado o fato de as respostas em relação à hipótese que prevê uma agenda orientada “pela preocupação dos cidadãos locais” se encontrarem quase uniformemente distribuídas pelos três níveis de importância. Isso quer dizer que não existe, entre os inquiridos, uma percepção clara quanto aos aspectos que definem a agenda dos jornais em que trabalham.

Outro elemento essencial que decorre da análise desses dados tem a ver com o significado do mercado para a ação dos jornalistas, ou seja, a perspectiva econômica dos media, e o modo como a natureza da sua propriedade e as lógicas de concorrência influenciam, de acordo com os jornalistas inquiridos, o processo de informação. Por último, esses dados confirmam a percepção da importância dos cidadãos para os jornalistas, com uma importância vinculada no que se refere à determinação da agenda dos jornais.

Parante esses resultados, a questão que importa colocar refere-se a saber em que medida essas respostas e esse discurso constituem efetivamente um cenário daquilo que acontece nas publicações. Para esse fim, é relevante aferir a percepção dos jornalistas quanto ao conteúdo noticioso dos jornais regionais em geral. Quanto à formulação das perguntas, segue o esquema das anteriores, com a indicação de três hipóteses que devem ser hierarquizadas pelo nível de importância, segundo cada jornalista. Assim, entre as opções de resposta à pergunta *o conteúdo noticioso dos jornais regionais é...*, os inquiridos deviam indicar se este é *equilibrado quanto à participação de elites e pessoas comuns*; se é *demasiado focado nas pessoas comuns*; ou se é *demasiado focado nas elites*.

Níveis de importância	Equilibrado com a participação de elites e cidadãos		Muito focado nos cidadãos		Muito focado nas elites	
	N °	%	N °	%	N °	%
1	12	35,3	1	2,9	18	52,9
2	16	47,1	12	35,3	6	17,6
3	6	17,6	21	61,8	10	29,4

* N ° - Número de peças; % - Percentagem; n = 34 (número de jornalistas regionais questionado)

Como se vê na tabela, os jornalistas têm a noção clara de que o conteúdo noticioso dos jornais regionais não é demasiado focado nos cidadãos comuns (61,8% dos inquiridos colocam-no no nível 3, o de menor importância). No mesmo sentido, têm também consciência de que o conteúdo noticioso dos jornais regionais é demasiado focado nas elites (52,9% inquiridos colocam-no no nível 1, o de maior importância). Por sua vez, a hipótese que considera existir um equilíbrio entre ambas as perspetivas é a mais importante para 35% dos inquiridos.

CONCLUSÕES

Pudemos constatar que os jornalistas inquiridos indicaram, em um primeiro momento, a existência de uma agenda dos jornais orientada em parte pelos cidadãos, na qual o papel de menor importância caberia às elites locais. Contudo, na última questão sobre o conteúdo noticioso dos jornais locais, as respostas vão ao encontro das tendências relatadas na generalidade dos estudos sobre a imprensa regional, que apontam para uma abordagem preferencial às elites em detrimento dos cidadãos.

Se é verdade que os profissionais, sobretudo em um contexto regional, reconhecem que recebem frequentemente contatos de cidadãos comuns, a maior parte desvaloriza-os. Ainda dentro da tendência deliberativa, essa desvalorização pode dever-se ao fato de o conteúdo dessas informações ser muitas vezes focado em questões pessoais e sem interesse geral. Contudo, e enquanto regra geral de funcionamento, esse modo de relacionamento entre jornalistas e cidadãos fornecedores de informações pode contribuir, a nosso ver, para um afastamento por parte dos cidadãos em relação aos jornais.

Cruzando os dados das questões que foram aqui apresentadas, podemos sugerir, no plano das hipóteses, que o fato de ser indicado pelos jornalistas que a agenda dos jornais é consideravelmente orientada pelas preocupações comerciais das empresas de media pode ajudar a perceber que o conteúdo seja focado nas elites. Isso quer dizer que a necessidade de responder às exigências do mercado, com a publicação diária ou semanal de uma edição do jornal, pode, de certa forma, obrigar os jornalistas a privilegiar o recurso a fontes oficiais, centradas nas elites, mas que garantem com uma certa regularidade a informação necessária. Nesse quadro, parece-nos que com um conteúdo noticioso demasiado focado nas elites existe pouco espaço para a mobilização da sociedade civil.

Os resultados mostram que os jornalistas valorizam alguns princípios subjacentes aos movimentos do jornalismo público e

deliberativo, sobretudo na valorização da relação com os cidadãos na importância que, no plano dos princípios, atribuem aos cidadãos comuns enquanto fontes (o que sugere que a consciência deliberativa está a emergir). Entretanto, os resultados evidenciam ainda uma postura jornalística convencional, manifesta principalmente nos baixos níveis de relevância atribuídos às funções associadas ao jornalismo deliberativo e na valorização de funções associadas ao jornalismo convencional. Como consequência, manifestam uma postura jornalística convencional, que se traduz na percepção de um conteúdo jornalístico demasiado focado nas elites e pelas preocupações comerciais.

NOTAS

- ¹ Todas as tabelas deste texto foram elaboradas pelo autor.

REFERÊNCIAS

BARBER, B. **Strong Democracy**: Participatory Politics for a New Age. Berkeley: University of California Press, 1984.

BARNETT, S. New media, old problems: new technology and the political process. **European Journal of Communication**, v. 2, n. 12. 1997.

BLUMLER, J.; GUREVITCH, M. **The Crisis of Public Communication**. London and New York: Routledge, 1995.

CORREIA, J. C. Novos Jornalisismos e Vida Cívica: limites e possibilidades do jornalismo deliberativo. In: MORGADO; ROSAS (Ed.). **Cidadania Digital**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2010.

DZUR, A. Public Journalism and Deliberative Democracy. **Polity**. v. 3, n. 34, 2002.

EKSTEROWICK, A.; ROBERTS, R. **Public Journalism and Political Knowledge**. Oxford: Rowman & Littlefield, 2000.

FALLOWS, J. **Breaking the News: How the Media Undermine American Democracy**. New York: Pantheon Books, 1996.

FERREIRA, G. *Jornalismo Público e Deliberação: Funções e limites do jornalismo nas democracias contemporâneas*. In: **Estudos em Comunicação**, n. 9. 2011. p. 61-79.

FRIEDLAND, L. Public Journalism and Community Change. In: EKSTEROWICZ, A.; ROBERTS, R. (Ed.). **Public Journalism and Political Knowledge**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2000. p. 121-142.

GANS, H. **Democracy and the News**. New York: Oxford University Press, 2003.

HEINONEN, A. **Journalism in the Age of the Net**. *Changing Society, Changing Profession*. Tampere: University of Tampere Press, 1999.

LASICA, J. D. A great way to strengthen bonds. **American Journalism Review**

- AJR NewsLink. 1998. Disponível em: <http://ajr.newslink.org/ajrjd.html>. Acesso em: 8 Jun. 2013.

LAWRENCE, D. Jr. Why future is promising for newspaper industry. **Newspaper Research Journal**. v. 2, n. 14. 1993. p. 11-17.

MCNAIR, B. *Journalism and democracy*. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Ed.). **The Handbook of Journalism Studies**. London: Routledge, 2009. p. 237-249.

MERRIT, D. **Public Journalism and Public Life**. Why Telling the News Is Not Enough. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere: The internet as a public sphere. **New Media and Society**. v. 1, n. 4, 2002.

ROMANO, A. R. Deliberative journalism: American public journalism versus other international models. In: ROMANO, Angela (Ed.) **International Journalism and Democracy: Civic Engagement Models from Around the World**. Routledge: New York and London, 2010.

ROSEN, J. Making journalism more public. **Communication**. v. 2, n. 12. 1991. p. 267-284.

SCHUDSON, M. **Why Democracies Need an Unlovable Press**. Malden: Polity Press, 2008.

Gil Baptista Ferreira - Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC). Polytechnic Institute of Coimbra, College of Education Praça Heróis do Ultramar - Solum 3030-329 Coimbra Portugal. E-mail: gbatista@esec.pt

RECEBIDO EM: 07/08/2013 | ACEITO EM: 06/11/2013

